

(Congresso)

Ano na Câmara é marcado por esvaziamento

O ano parlamentar em 1986 se caracterizou pelos esvaziamentos nas duas Casas do Congresso, devido a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional Constituinte. O vazio nos plenários da Câmara e do Senado foi o assunto mais discutido e criticado, não só na capital, mas também nos grandes centros urbanos.

Os parlamentares não gostaram, sobretudo das críticas, e argumentaram durante todo o ano que eles não tinham trabalho somente nos plenários do Congresso. «É preciso manter o contato permanente com as bases», foi a frase mais dita tanto por deputados como por senadores, que, embora não comparecessem para votação de matérias, não esqueciam de receber regiamente seus jetons.

O ano legislativo começou praticamente com o ministro Dílson Funaro, da Fazenda, explicando as razões da edição do Plano Cruzado I. O clima era de euforia e, em abril, o Congresso vota e aprova as medidas econômicas baixadas pelo governo. Ainda em abril o presidente do Congresso, José Fragelli, adota uma medida que repercutiu mal entre os parlamentares: resolve cassar os jetons. Se os políticos não compareciam às sessões não tinham o que ganhar. Os deputados protestaram.

As críticas ao franco desempenho do Congresso continuaram. Os parlamentares falam muito, mas continuam a não comparecer a Brasília. Fragelli, pressionado por todos os lados, resolve liberar novamente os jetons. A paz volta a reinar no Poder Legislativo.

Em maio, no dia 13, o presidente do PMDB e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, se interna no Incor de São Paulo. Abatido, fica hospitalizado alguns dias, mas reassume seus cargos em 28 de maio. Apesar de seu comportamento estranho, ele continua à frente de seu partido e da Câmara, mas vai aos Estados Unidos para continuar o tratamento iniciado em São Paulo. Ninguém sabe ao certo o que ele tem e falava-se em estafa.

O primeiro esforço concentrado inicia-se em maio. Apesar do empenho da liderança, não se consegue votar matérias de maior expressão, aprovando-se somente o novo Código Brasileiro do Ar, que regulamenta tudo o que diz respeito à aviação; e o projeto que pune crimes do colarinho branco.

Em junho é realizado outro esforço. É aprovado o polêmico projeto do líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga, que proíbe demissões imotivadas de trabalhadores. A proposta está no Senado sem perspectivas de ser votada antes de 1988. A Câmara aprova, ainda, os projetos do presidente José Sarney, quando senador, estabelecendo incentivos para as atividades culturais, e o que autoriza o Brasil a reagir com retaliações contra países que bloqueiem o comércio brasileiro no exterior.

Encerrado o primeiro semestre legislativo, os parlamentares permanecem em seus estados. O segundo é ainda mais fraco. Em alguns dias, o plenário da Câmara contava apenas com a presença de três deputados. Teve uma sessão que durou somente sete minutos. Embora a presidência da Mesa anunciasse a presença de 75 deputados em plenário, esse número nunca passava de quinze.

Quando resolviam aparecer para discussão de projetos, os deputados passavam a tarde queixando-se do abuso do poder econômico nas eleições e fazendo denúncias de violência pelos caciques eleitorais de seus estados. A partir de 10 de outubro, começa o recesso branco — simplesmente não havia mais sessões, mas os jetons continuavam a ser pagos mensalmente.

Passadas as eleições, o Congresso toma novo fôlego. Em 25 de novembro, primeiro esforço concentrado do semestre, os deputados derrubam a sublegenda. Discute-se muito o projeto que previa o aumento de 110% dos subsídios dos parlamentares, mas ele acaba não sendo votado. Em seu lugar, proposta do deputado Pimenta da Veiga mantendo os subsídios atuais e o assunto passa à competência da Constituinte.

Quanto ao funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte nada se fez. Não se sabe como vai funcionar. A única coisa certa é que em 1987 funcionarão quatro Casas no Congresso. Mas, candidaturas à presidência da Câmara são lançadas: o deputado Ulysses Guimarães acena com a possibilidade de acumular três cargos — as presidências da Constituinte, da Câmara e do PMDB. Os deputados Fernando Lyra (PE) e Milton Reis (MG) também se lançam à sucessão na Casa.

A primeira de fevereiro a Constituinte se instala e a primeira de março o Congresso Ordinário. Em fevereiro serão realizadas as eleições para as Mesas da Câmara e do Senado, apesar dos protestos dos deputados Pimenta da Veiga e Ulysses Guimarães, que consideram um absurdo funcionamento simultâneo de quatro Casas. Tudo que fizeram para criação de uma Comissão Legislativa ruiu por terra.